



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

206

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0000285-72.2012.8.17.1020 (0329497-1)**

**AGRAVANTE: ANIZIO RODRIGUES DA SILVA**

**AGRAVADO: MUNICÍPIO DE OURICURI**

**RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO NA APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. VANTAGEM PREVISTA NO ART. 140 DA LEI Nº 972/2003 DO MUNICÍPIO DE OURICURI. NORMA DE EFICÁCIA LIMITADA. AUSÊNCIA DE LEI MUNICIPAL ESPECÍFICA REGULAMENTANDO O ADICIONAL NO PERÍODO PLEITEADO. BENEFÍCIO DEVIDO SÓ A PARTIR DA EDIÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1221/2011, QUE REGULAMENTA OS CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS DO ADICIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO ANALÓGICA DAS NORMAS TRABALHISTAS, EM FACE DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTO NOVO CAPAZ DE MODIFICAR A DECISÃO TERMINATIVA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Legal nº 0329497-1, figurando como Agravante Anízio Rodrigues da Silva e como Agravado o Município de Ouricuri, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores que integram a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em conhecer do recurso, mas lhe **NEGAR PROVIMENTO**, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 30 de maio de 2014

**Des. André Oliveira da Silva Guimarães**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

207

#### QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0000285-72.2012.8.17.1020 (0329497-1)**

**AGRAVANTE: ANIZIO RODRIGUES DA SILVA**

**AGRAVADO: MUNICÍPIO DE OURICURI**

**RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES**

#### RELATÓRIO

Trata-se de Agravo proposto por Anízio Rodrigues da Silva contra Decisão Terminativa proferida nos autos da Apelação nº 0329497-1, que negou seguimento ao recurso do autor, mantendo a sentença do juízo da 1ª Vara da Comarca de Ouricuri que julgou totalmente improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 269, I, do CPC.

Alega o agravante, reiterando os termos de sua inicial e de sua peça de apelação, que detém direito à percepção do adicional de insalubridade, com aplicação analógica da NR-15 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Pugna, desse modo, pela reconsideração da decisão terminativa ou, em assim não se entendendo, o recebimento do recurso de agravo para submissão ao crivo da Colenda 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal.

É o que importar relatar

#### VOTO

Saliento que, das decisões terminativas cabe o recurso do artigo 557 do Código de Processo Civil, de forma que, com base no princípio da fungibilidade recursal, recebo o presente como Agravo Legal.

Busca o recorrente, através da interposição do presente Agravo Legal, a modificação da decisão agravada para que seja reformada a sentença do juízo a quo que julgou totalmente improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 269, I, do CPC.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

208

Não vislumbro inovação nos argumentos trazidos capaz de alterar a compreensão explicitada na decisão desafiada, razão pela qual apresento a questão ao Colegiado.

O recorrente, em suas razões recursais, não ataca especificamente os fundamentos da decisão terminativa proferida por esta Relatoria às fls.185/191. Limitou-se o agravante a repetir, com leve adaptação à forma recursal utilizada, os mesmos argumentos utilizados na Apelação, que foi decidido por este Relator com amparo na jurisprudência deste Tribunal.

Desta feita, com o fim de evitar repetição dos argumentos constantes na decisão guerreada, mantenho a decisão terminativa proferida às fls. 185/191, pelas mesmas razões que a motivaram, transcrevendo abaixo seus fundamentos, para que faça parte integrante da presente decisão.

O cerne da questão posta em tela refere-se à existência, ou não, do direito do ora apelante à percepção do Adicional de Insalubridade, desde o ingresso no cargo público de Agente Comunitário de Saúde em 25/04/2007 ou apenas após a edição da Lei Municipal 1.221/2011, que regulamentou a concessão do referido adicional na Administração Municipal.

É certo que o art. 7º, inciso XXIII, da CF/88, garante aos trabalhadores a percepção do adicional de remuneração para atividades insalubres, *in verbis*:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:  
(...)

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubre e perigosas, na forma da lei;

Nos termos do artigo acima transcrito, vê-se que para a concessão do adicional de insalubridade faz-se necessário à coexistência de lei regulamentadora e de prévia comprovação das condições adversas do trabalho.

Na hipótese dos autos, não obstante o Município de Ouricuri prever desde a edição da Lei nº 972/2003 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ouricuri) a concessão da gratificação de risco de vida ou saúde a seus servidores (art.140, IV), o dispositivo não possui aplicabilidade imediata, pois se trata de norma de eficácia limitada, dependendo de norma regulamentadora para a sua implementação, conforme dispõe o art.145 da citada lei:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães**

209

*[Assinatura]*

Art. 145 – Conceder-se-á a gratificação prevista no inciso IV do Artigo 140, quando o funcionário exercer atividade em locais ou circunstâncias que, comprovadamente, tragam riscos de vida e saúde, de acordo com a legislação específica reguladora da matéria, e que deverá ser regulamentada por Lei Municipal.

Dessa forma, considerando que só com a edição da Lei Municipal nº 1.221/2011 foi estabelecida a regulamentação e forma de concessão do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde, tem-se que, somente a partir de tal legislação, o apelado pode exigir tal vantagem.

Ademais, não pode o Judiciário, mesmo diante de norma geral que assegure o direito à insalubridade, determinar o pagamento retroativo de tal verba, quando inexistente lei regulamentando o adicional pretendido.

Isso porque a Administração Pública em face do princípio da legalidade só pode fazer aquilo que a lei prescreve, não sendo lícito exigir do Poder Público Municipal a aplicação de benefício não previsto na legislação municipal.

Da mesma forma, impossível a aplicação analógica das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (anexo 14 da NR) para que seja deferido o adicional de insalubridade ao apelado, no período em que não havia regulamentação municipal.

O autor/apelante detém vínculo funcional de natureza estatutária, sendo, portanto, regido pelo Estatuto dos Servidores Municipais (lei municipal) que institui e regula a carreira respectiva.

Nessa senda, inaplicáveis ao caso os preceitos estabelecidos na CLT, sob pena de afronta ao disposto nos art. 2º e 37, X da Constituição Federal, não havendo o que se falar em mitigação do princípio da legalidade em prevalência do princípio da dignidade da pessoa humana.

Sobre a matéria ora discutida, transcrevo os seguintes arestos do egrégio Supremo Tribunal Federal e desta Corte de Justiça:

**STF**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO LOCAL E FATOS E PROVAS. VERBETES 279 E 280-STF. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE SUA CONCESSÃO.**

1. Questão dirimida no Tribunal de origem à luz do conjunto fático-probatório e de normas de direito local. Incidência dos óbices dos Verbetes ns. 279 e 280 da Súmula do STF. 2.

*[Assinatura]*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães**

210

**Adicional de Insalubridade necessidade de previsão legal para sua concessão. Agravo regimental não provido.**(STF, AR no AI 559936/RS, rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 20.04.2006).

**TJPE**

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. INADMISSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.**

1-O adicional de insalubridade consiste em retribuição pecuniária de caráter transitório recebido pelas condições anormais em que se realiza o trabalho (pro labore faciendo), sendo pago com o vencimento, necessitando, contudo, de autorização legal para ser instituído. **2-Na mesma linha de raciocínio, não há que se falar na aplicação da CLT e das Portarias do Ministério do Trabalho aos servidores municipais estatutários. A concessão do adicional de insalubridade para estes servidores depende de prévia previsão legal do Município a que se vinculam. Não pode o Poder Judiciário agir com função legisladora, de forma a criar ou regulamentar direitos para servidores municipais.** 3-Recurso de Agravo a que se nega provimento. 4-Decisão Unânime. (TJPE, RA 0270142-8/01, rel. Des. Fernando Cerqueira, 1ª Câmara de Direito Público, Julgado em 24.07.2012).

**APELAÇÃO CÍVEL.CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA REGULAMENTANDO A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. APELO PARCIALMENTE PROVIDO (PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS). 1. (...). 4. Quanto à discussão de fundo, a controvérsia é de ser dirimida com base em apreciação exclusivamente de direito, sem necessidade de perquirir se o apelante exerce, ou não, atividades insalubres, afastando, desse modo, as alegações de: (i) necessidade de designação de perícia para verificação da suposta insalubridade; e (ii) que o adicional vem sendo pago a outros servidores no percentual de 20% sobre os vencimentos. 5. Isso porque a pretensão do autor vem calcada em dispositivo de Lei Federal (Consolidação das Leis do Trabalho), ou seja, pretende o apelante que, por força do disposto no artigo 189 da CLT e da sua norma regulamentadora (Portaria n.º 3.214/78, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego) seja deferido adicional de insalubridade. 6. No entanto, é inadequada a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho à espécie, pois não se trata de demanda trabalhista, mas sim estatutária, visto que o vínculo jurídico estabelecido entre as partes é o regime de direito público. 7. Anotou-se que em se tratando de norma relativa à concessão de vantagem a servidores, deve ela estar regulamentada em lei municipal de iniciativa do Poder**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

211  
[assinatura]

Executivo, disciplinando inclusive os percentuais cabíveis para cada categoria. 8. Com efeito, aplica-se aos Municípios - tal como se aplica aos Estados e à União - o princípio da reserva de iniciativa no que toca às leis de concessão de vantagens a servidores públicos. 9. Ademais disso, o art. 7º, inciso XXIII da CF, que prevê o adicional de insalubridade, não possui eficácia plena, uma vez que se encontra condicionado à edição de lei regulamentando a matéria. 10. Assim, falta à pretensão do apelante a premissa de base, qual seja lei específica que regulamente a concessão de adicional de insalubridade (precedentes). 11. Apelo parcialmente provido, para, determinar que a condenação dos honorários advocatícios fique suspensa, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50, mantidos os demais termos da sentença de primeiro grau. (TJ-PE - APL: 1246720088170320 PE 0000124-67.2008.8.17.0320, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 23/02/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 41/2012.)

(...)

Por todo o exposto, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, **nego seguimento ao presente recurso**, mantendo a sentença hostilizada em todos os seus termos.

Publique-se. Intime-se.

Com o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao Juízo de origem.

Recife, 04 de abril de 2014.

**Des. André Oliveira da Silva Guimarães**  
**Relator**

A decisão impugnada há de ser mantida pelo que nela se contém, visto que o agravante não logrou desconstituir quaisquer de seus fundamentos, que proponho sejam integralmente preservados.

Ante o exposto, em face da regularidade da decisão proferida, estando ela conforme os ditames legais e a jurisprudência do STF e deste Tribunal, **VOTO pelo IMPROVIMENTO** do presente Recurso de Agravo, ratificando os termos da decisão ora impugnada, ao tempo em que a submeto à apreciação desta Egrégia Câmara.

É como voto.

Recife, 30 de maio de 2014.

[assinatura]  
**Des. André Oliveira da Silva Guimarães**  
**Relator**